Boletim Nº 1/2015 (JANEIRO-JUNHO)

REDE DE ARQUIVOS DO ALGARVE
http://raalg.wikidot.com | rede.arquivos.alg@gmail.com

SUMÁRIO

• **Editorial da RAalg:**

• **Atividades dos membros da RAalg:**

Arquivo Municipal de Faro:

- Faro recupera o seu Foral Manuelino;

- Exposição: "O soldado Português na primeira Grande Guerra".

Arquivo Municipal de Loulé:

- Exposição: " Loulé 630 anos de Poder Local";

Arquivo Municipal de Silves:

- Documentos Paroquiais: Visitas Episcopais Ordinárias;

Arquivo Municipal de Vila do Bispo:

- A Macroestrutura Funcional e o Plano de Classificação - Breve Análise;

Arquivo Municipal de Portimão:

-Conferências Entre Arquivos "E-Goverment – Por um novo modelo de Estado na Sociedade da Informação"

Arquivo Municipal de Lagoa:

-Conferências Entre Arquivos " A fotografia nos Arquivos: um olhar integrado"

• **Rede de Arquivos do Algarve:**

-IV Encontro de Arquivos do Algarve;

- Grupo de Trabalho AtoM da RAalg;

• Editorial da RAalg:

A Rede de Arquivos do Algarve (RAalg) neste ano de 2015 tem um dos seus momentos altos na realização do 4.º Encontro de Arquivos do Algarve, com o tema "Acessibilidade e a Confidencialidade da Informação", nos dias 29 e 30 de maio de 2015, no Anfiteatro Teresa Gamito, campus de Gambelas, Universidade do Algarve.

O Encontro que tem como organizadores a RAalg, o Arquivo Distrital de Faro, a Universidade do Algarve e a Direção Regional de Cultura do Algarve, alicerça o tema escolhido para discussão na importância crescente que a transparência administrativa tem, associada ao rigor dos procedimentos nas instituições, para apoiar tomadas de decisão mais esclarecidas e promover a proteção dos direitos dos cidadãos à privacidade e à informação.

Pela importância e atualidade do tema proposto, apelamos a todos os que nas suas funções ou reflexões se debatem com a problemática da acessibilidade e da confidencialidade, relativamente à informação tratada ou difundida, que participem no debate com as suas experiências e as suas inquietações.

As propostas de comunicação deverão ser enviadas para o seguinte endereço eletrónico: encontro.arquivos.2015raalg@gmail.com, até 15 de março de 2015, para mais dados ver http://encontroarquivosalgarve2015.weebly.com/, também a página do Encontro no Facebook.

No 2.º Encontro de Arquivos do Algarve, 20 e 21 de maio de 2011, em Portimão, foram apresentados os resultados e a análise do Inquérito Diagnóstico realizado pela Rede de Arquivos do Algarve (RAalg) às instituições algarvias. Este foi o primeiro passo para um conhecimento objetivo da qualidade e eficácia das políticas arquivísticas no que respeita aos sistemas de informação dos diversos organismos.

Sentindo a necessidade de se voltar a fazer um novo diagnóstico ao estado dos arquivos no Algarve, a fim de se poder efetuar uma análise comparativa entre a realidade existente em 2011 e 2015, a RAalg preparou e enviou um inquérito a todas as instituições algarvias, de que se agradece o seu preenchimento e envio até 31 de março de 2015, para o (…)

endereço eletrónico:
inquerito.raalg.2015@gmail.com.
Os dados do inquérito e a análise comparativa com 2011 serão apresentados no 4.º Encontro de Arquivos do Algarve.
Por último, também, destacamos o seminário "AtoM: work in progress", 14 de março de 2015, pelas 10 horas, na Biblioteca Municipal de Albufeira, organizado pela RAalg, através do seu Grupo de Trabalho AtoM da Rede de Arquivos do Algarve. Neste seminário será apresentado publicamente o "Manual de utilizador da aplicação AtoM", desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da RAalg, também serão descritas experiências desta aplicação, em diversas instituições. Este instrumento, importante para a organização, gestão e acesso à informação arquivística, de natureza histórica, por ser de código aberto está livre do peso financeiro de aplicações proprietárias, podendo ser, assim, uma opção relevante para as diversas entidades algarvias.

João Sabóia, Arquivista do Município de Loulé

- **Atividades dos membros da RAalg:**

Arquivo Municipal de Faro:

- **Faro recupera o seu Foral Manuelino;**

Museu Municipal passa a contar com um dos orgulhos patrimoniais do Concelho
O Município de Faro vem hoje expressar o seu contentamento pela decisão do Governo em proceder ao depósito do Foral Manuelino de Faro no Museu Municipal, após solicitação desta autarquia que mereceu parecer positivo da Direção-Geral (…)
do Património Cultural.
Depois de ter sido cedido pelo Museu Nacional Machado de Castro (Coimbra) para a exposição "O Foral de Faraão", no Museu Municipal de Faro até 4 de Janeiro de 2015, este importante documento da história da cidade regressa em definitivo à capital algarvia – o Foral foi integrado nas coleções do museu conimbricense em 1915.
Datado de 1504, o Foral Manuelino de Faro resulta da política reformista fiscal e administrativa levada a cabo pelo rei D. Manuel I. Faro, na altura vila, foi uma das contempladas com esse diploma, que pode ser considerado uma fonte de estudo essencial para a economia e a sociedade local no início do século XVI, mas também uma peça de arte de grande requinte e efeito decorativo pelas suas iluminuras especialmente atraentes.
Dado como desaparecido durante algum tempo, eis que reencontra a cidade que o acolheu no passado e para a qual foi encomendado. O Foral Manuelino, certamente um dos orgulhos patrimoniais dos farenses e, simultaneamente, uma das atrações de visita ao centro histórico da cidade, permanecerá no Museu Municipal de Faro para enriquecimento das exposições da história local e para garantir a sua devida salvaguarda e conservação.
A História encarrega-se de fazer justiça e o foral regressa à cidade que nunca o devia ter deixado sair.
http://www.cm-faro.pt/destaques/6494/faro-recupera-o-seu-foral-manuelino.aspx

Tiago Barão, Arquivista do Município de Faro

A Biblioteca Municipal, o Arquivo Municipal de Faro e o Núcleo de Faro da Liga dos Combatentes assinalam em conjunto as comemorações do centenário do início da I Grande Guerra, prestando homenagem a todos os naturais do concelho de Faro que participaram neste conflito, com uma exposição intitulada "O Soldado Português na Primeira Grande Guerra".

Trata-se de uma exposição fotográfica comissariada pela sede da Liga dos Combatentes que mostra diferentes vertentes do combate. Numa tentativa de dar a conhecer dados importantes acerca da temática, relativos ao concelho de Faro, o Arquivo Municipal associou-se ao evento trazendo a público um conjunto de documentos originais com informação acerca de Faro e dos farenses na I Grande Guerra.

A mostra fica enriquecida com os objetos cedidos gentilmente por alguns elementos da comunidade que responderam ao nosso apelo e contribuíram desta forma para enriquecer a nossa História e a perpetuá-la para as novas gerações.

Esta mostra poderá patente ao público na Biblioteca Municipal de Faro, entre os dias 5 e 31 de janeiro de 2015.

Imagem 1 - O Soldado Português.

Tiago Barão, Arquivista do Município de Faro

Arquivo Municipal de Loulé:

- Exposição "Loulé 630 anos de poder local"

A Câmara Municipal de Loulé exibe a exposição "Loulé 630 anos de poder local", de 12 de dezembro de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, nos edifícios do Arquivo Municipal de Loulé e da Galeria de Arte - Convento do Espírito Santo.

A exposição que tem como ponto de partida as atas de vereação louletanas, 12 de dezembro de 1384, as mais antigas encontradas em Portugal, apresenta publicamente parte do riquíssimo espólio documental sob custódia do Arquivo Municipal de Loulé, século XIV ao século XX (1974), estando ainda expostas atas de vereação dos séculos XX e XXI, ainda não transferidas para o Arquivo Municipal.

A exposição que mostra documentos originais, reproduções, transcrições e análises, está dividida em três núcleos, balizados temporalmente do seguinte modo:

1.Séculos XIV ao XVI, presentes nos documentos expostos no átrio do Arquivo Municipal. Neste espaço entre muitos outros documentos podem-se apreciar as atas de vereações de 12 de dezembro de 1384, tal como o registo do foral de Loulé doado por D. Afonso III, 1266, livro 1 da Chancelaria de D. Afonso III, proveniente do Arquivo Nacional - Torre do Tombo.

2. Séculos XVII e XVIII, Sala de Leitura, 1.º andar, do Arquivo Municipal. As atas de vereações expostas deixam perceber as diversas crises que o concelho de Loulé passou, climáticas, agrícolas, pragas, epidemias e terramotos, como o de 1755. Também a Inquisição estava presente, (…)

Imagem 2 - Exposição: "Loulé 630 anos de poder local"

tal como o esclavagismo e a intolerância sobre minorias, ao mesmo tempo que podemos assistir à ordenação espacial dos cargos dos oficiais municipais e aos levantamentos contra os impostos, caso da revolta de 1637 em Loulé, entre outros acontecimentos.

3. Séculos XIX ao XXI, presentes nas instalações da Galeria de Arte - Convento do Espírito Santo. Para além das atas de vereação e da pauta de eleições dos oficiais da Câmara de Loulé assinada por Junot, 1807, estão, também, expostas plantas, fotografias, espingardas francesas, da época, entre outros documentos e objetos.

Imagem 3 - Exposição: "Loulé 630 anos de poder local"

João Sabóia, Arquivista do Município de Loulé

Arquivo Municipal de Silves:

- Documentos Paroquiais: Visitas Episcopais Ordinárias;

As visitas pastorais tornaram-se no elo fundamental entre o Bispo e a realidade do seu território. As visitas episcopais dinamizavam e serviam de instrumento uniformizador das autoridades eclesiásticas para regular crenças e condutas nas paróquias praticados pelo clero e pelos paroquianos. O Bispo realizava visitas periódicas a todas as paroquias da sua diocese, devendo visitá-las na totalidade a cada 5 anos, para que se inteirasse do estado da vida local.

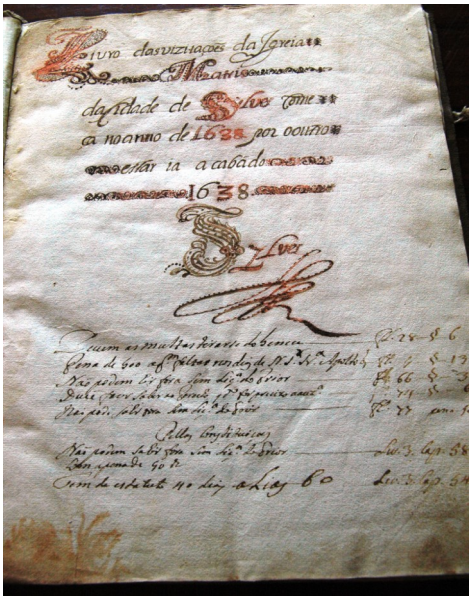


Imagem 4 - Livro de Visitações.

A imagem escolhida é relativa a livro das **Visitas Episcopais Ordinárias** pertencentes à Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Silves.

É uma série constituída por seis livros das Visitas Episcopais Ordinárias à Igreja Matiz realizadas entre 1638 e 1910.

Vera Gonçalves, Arquivista do Município de Silves

Arquivo Municipal de Vila do Bispo:

- **A Macroestrutura Funcional e o Plano de Classificação - Breve Análise;**

No quadro da gestão da informação arquivística nas entidades públicas, a Macroestrutura Funcional (MEF) é perspectivada como um instrumento de características universais, dotado de uma estrutura hierárquica desenvolvida a dois níveis, isto é, o enfoque é dirigido para as Funções e Subfunções exercidas pelo Estado, proporcionando desta forma uma visão integrada, global e holística na gestão da informação arquivística. A MEF foi concebida como ferramenta de apoio à elaboração de planos de classificação de natureza funcional, tendo como base essencial a interoperabilidade semântica entre sistemas de informação. O plano de classificação, criado para organizar a informação gerida por determinada entidade, neste caso pertencente à estrutura do Estado, deve ser elaborado conforme à MEF, assumindo características de base funcional e hierárquica. Esta construção deve obedecer à integração das classes de 1º e 2 º níveis (Funções e Subfunções) importados da MEF, desenvolvendo-se, *a posteriori*, um 3º nível, enquadrado numa perspectiva funcional, que representa integralmente os processos de negócio (PN) desenvolvidos pela Administração. Relação hierárquica bem definida, onde os PN integram uma função e subfunção (MEF), materializando-se aquando da produção documental de determinada série, onde existirá sempre um input e um output relativos a determinado produto ou serviço, derivados de um conjunto estruturado de actividades e com um número de intervenientes em todo (…) o desenrolar do PN.

Estamos assim perante dois tipos de categorização que se integram e complementam dando origem ao instrumento Plano de Classificação. Por um lado, as de 1º e 2º nível, que correspondem à Macroestrutura Funcional (Função e Subfunção), responsáveis por estabilizar e normalizar o processo classificativo informacional, através do princípio da interoperabilidade semântica. Por outro a de 3 º nível, referente ao Processo de Negócio (produto/serviço), considerado igualmente como elemento chave na materialização das actividades e ações que decorrem dentro das entidades, ao reflectir a sua realidade, contextualizadas através das funções que exercem. O processo de negócio é assim perspectivado como elemento que permite disciplinar, organizar e optimizar a gestão da informação, ao contribuir de forma eficaz para a correcta aplicação da classificação nos sistemas de informação das entidades. De acordo com a abordagem por processo de negócio, considerado essencial na construção de planos de classificação conformes à MEF, a classificação deve permanecer sempre no terceiro nível, sendo atribuída única e exclusivamente ao PN, sendo que todos os documentos que compõem esse mesmo PN devem assumir a mesma classificação daquele. A sua atribuição é da responsabilidade do serviço que cria, produz e gere o processo de negócio e a operação de atribuição de classificação deve ser realizada no momento inicial do desenvolvimento processual. Em termos comparativos, quando se fala de sistemas de classificação orgânicos e funcionais, este último, se conforme à MEF, apresenta vantagens únicas, ao apresentar uma perspectiva

unidimensional com a representação de relações hierárquicas – função e subfunção -, através da atribuição de um significado tendencialmente unívoco a cada objecto de informação, evitando desta forma desvios classificativos e organizacionais. Este ponto é visível pela natureza de amplitude e versatilidade que apresenta, em clara oposição a uma visão multidimensional e inflexível da perspectiva orgânica, que, ao contrário do Funcional, não deixa margem de crescimento de novas classes no Plano de Classificação. Facto que é traduzido na codificação numérica não sequencial atribuída, que facilita a adaptação e alteração de actividades processuais no plano de classificação MEF. As vantagens anunciadas têm a sua base estrutural em princípios orientadores bem definidos. Existe, neste contexto, uma macroestrutura classificativa comum a todas as entidades da Administração Central do Estado e da Administração Local, tendo em consideração as acções desenvolvidas pelas entidades, enquadradas a nível funcional. É claro o aumento do nível de eficiência devido à optimização e normalização da informação de arquivo nos sistemas de informação, que conduzem necessariamente a uma estabilidade e segurança que contrastam com o ruído causado pela proliferação de instrumentos de classificação de natureza orgânica. A base do *Paradigma Funcional*, a Função, estrutural na MEF, é considerado, em nosso entender, um conceito operatório chave, assumindo a responsabilidade de estabilizar o enquadramento classificativo da informação. Esta função estabilizadora e normalizadora é reforçada pela instabilidade apresentada na perspectiva orgânica. A abordagem suprainstitucional e a subsequente transversalidade associadas ao Plano de Classificação conformes à MEF, aliam-se ao princípio essencial da interoperabilidade semântica. Todos estes elementos conduzem de forma muito objectiva à criação de uma linguagem comum a todas as entidades utilizadoras da Macroestrutura Funcional, facilitando de forma efectiva a comunicabilidade entre elas, aumentando desta forma a eficiência na troca e partilha de informação.

Quanto aos "termos de índice" incluídos nos Planos de Classificação conformes à MEF, são considerados exclusivamente como pontos de acesso de auxílio à classificação do terceiro nível (PN) e de igual modo como elementos de apoio à classificação, não se constituindo como um quarto nível classificativo. De facto eles traduzem a materialização documental dos processos de negócio, tendo em conta determinada função ou acção desenvolvida pelas entidades. Neste contexto, a criação de um 4º nível terá eventualmente que ver com questões "apenas" relacionadas com a Avaliação. Existe, deste modo, a necessidade imperativa de organização estrutural e funcional que contribua para a estabilização dos "termos de índice", no sentido da aplicação correcta do Plano de Classificação conforme à MEF, que irá permitir a construção de instrumentos técnicos, como a Portaria de Gestão de Informação Arquivística e a consequente Tabela de Selecção, imprescindíveis no desenvolvimento da actividade arquivística.

Nuno Marques, Arquivista do Município de Vila do Bispo.

Arquivo Municipal de Portimão:

- Conferências: Entre Arquivos "E-Goverment: Por um novo modelo de Estado na Sociedade da Informação"

A Câmara Municipal de Portimão associou-se ao projeto Entre Arquivos, e recebeu a conferência intitulada "E-Goverment – Por um novo modelo de Estado na Sociedade da Informação", no dia 24 de Janeiro, no TEMPO - Teatro Municipal de Portimão.

A conferência, proferida pelo Dr. Luís Vidigal, abordou as alterações dos modelos de Estado desde a década de 1920, a evolução verificada ao nível das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), e da relevância que estas têm na transformação do Estado.

Foram referidos e analisados projetos e programas de modernização administrativa e de serviços de e-Government, experimentados, interrompidos e em utilização, no caso português.

Foi demonstrado que o desenvolvimento de estratégias de e-Government visa melhorar a eficiência do Estado no serviço aos cidadãos, suportada na partilha de dados e serviços, bem como na reutilização desses dados já disponíveis. Este desenvolvimento depende em larga medida de iniciativas que promovam a colaboração, interoperabilidade e desmaterialização, entre serviços e órgãos da Administração Pública. Para tal é premente a existência de recursos de ordem tecnológica, de ordem informacional e sobretudo de ordem organizacional (peopleware).

Em suma, a Administração Pública Electrónica é prioritária na reforma de Estado, (…) e deve ser vista como imperativa na atual Sociedade de Informação.

Laurinda Paz, Arquivista do Município de Portimão.

Arquivo Municipal de Lagoa:

- Conferências: Entre Arquivos "A fotografia nos Arquivos: um olhar integrado"

Em uma agradável tarde se transformou o evento que decorreu na Biblioteca Municipal de Lagoa no último sábado do mês de novembro e reuniu em ameno convívio cerca de quarenta pessoas para ouvir uma interessantíssima conferência, proferida pela afável e erudita especialista Dr.ª Sónia Casquiço, intitulada "A fotografia nos Arquivos: um olhar integrado".

Na conferência a oradora abordou introdutoriamente uma história de Dubravka Ugresic, sobre um criminoso de guerra Ratko Mladic e de um general, os quais entenderam, cada um da sua perspetiva, a importância de salvaguardar a memória de uma família permitindo-lhe assim preservar os seus álbuns de fotografias. Assim se inseriu a temática da história da fotografia, e a importância que esta assumiu, logo em meados do século XIX, dando o exemplo da relevância que a Comissão dos Monumentos Históricos francesa deu à estratégia de arquivo fotográfico nacional. Sobre Portugal abordou o seu berço na área da investigação, especificamente em Medicina, e na sua gradual proliferação na imprensa da altura com o auge já em inícios do século XX, como o *Século Ilustrado* ou a *Ilustração Portuguesa*. O avanço que dá, no seu primeiro meio século de vida, a nível mundial é evidente pelos dados apresentados. (…)

Foram eloquentemente proferidas as vantagens da documentação fotográfica e o seu impacto gradual em toda a sociedade, que mudanças sociológicas permitiu e que consequências trouxe ao nosso quotidiano agora que cresceu mais um século e se implementou decisivamente na nossa sociedade, particularmente em suporte digital.

Cingindo-se naturalmente mais ao valor informativo e documental da fotografia não deixou de abordar o seu potencial valor artístico bem evidenciado nas imagens mostradas em toda a apresentação.

Em termos de arquivamento aludiu que documentos fotográficos foram negligenciados sendo muitas vezes colocados à parte, junto da documentação menos premente por tratar, tendo sido explicado como a digitalização veio a alterar este cenário e dados exemplos de diversas instituições com documentação fotográfica.

Posteriormente levantou algumas problemáticas com que as entidades se deparam quando decidem planear o tratamento da documentação fotográfica que a oradora sistematizou em quatro grandes vertentes. A primeira abordada foi a das informações completas sobre a proveniência da documentação, a nível de contexto funcional e organização original, relevando, através de uma citação de Joan Schwartz, que é o primeiro que faz com que as imagens fotográficas se transformem em documentos de arquivo e as vantagens que essas informações completas comportam. Seguidamente mencionou a ausência de documentação textual associada, e as consequências que tal implica, e a dificuldade da identificação das características físicas, em termos de processos fotográficos ou formatos.

Finalmente abordou a vertente das fragilidades associadas a diversos estados de conservação.

Para cada uma das quatro problemáticas apresentadas foram apresentadas metodologias a implementar para a resolução das mesmas. Quanto à questão das informações incompletas sobre a proveniência, sugeriu algumas propostas para recolha de informação e o recenseamento o mais aprofundado possível da documentação e das unidades de instalação originais. Já em relação à ausência de documentação textual associada mencionou a necessidade de saber identificar as fontes de informação relacionadas seja pela informação obtida pela própria imagem, o tipo de espécie fotográfica, inscrições exteriores que possam existir, bem como outras fotografias relacionadas, informação anexa ou bibliografia. Quanto à dificuldade de identificação das características físicas, quando não existam conhecimentos técnicos, sugeriu o registo de pelo menos a polaridade da fotografia, se é a preto e branco ou a cores e qual o seu suporte, explicando como identificar certos tipos de películas e falando dos formatos normalizados. A este propósito mencionou que para arrumação e organização física das espécies fotográficas se seguiam uma de duas regras: ou a organização por processo fotográfico ou a organização por formatos. Finalmente em relação às fragilidades associadas ao estado de conservação alertou para os problemas de distintos tipos de deterioração físico-química e biológica especificando alguns sinais de alerta para o estado de conservação e alguns procedimentos como a medição de níveis de acidez, o congelamento de alguma documentação (…)

fotográfica, a higienização da mesma com pera de sopro ou trincha de pelo macio ou o intercalar das fotografias com papel de conservação para além da descrição pormenorizada do estado de conservação a vários níveis. Abordando também a questão do espaço de depósito mencionou a necessidade de controlo ambiental e de pragas e, quando necessário, a intervenção a nível de desinfestações, preferencialmente pelo método de anoxia. Abordou igualmente a necessidade de utilização, por parte da equipa e trabalho, de uma linguagem controlada em que seja homogeneizada a terminologia usada relativa à deterioração, localização e adjetivação.

Finalmente, a título conclusivo, alertou para os sérios desafios que se colocam às instituições quando se decidem a organizar e descrever os seus acervos fotográficos, a nível de organização, preservação e difusão, para a necessidade de escolha de estruturas descritivas que assegurem as especificidades dos documentos fotográficos, aconselhando a adoção de modelos normalizados e a integração destes acervos em bases de dados já utilizadas na instituição visando garantir uma maior facilidade na disponibilização da informação e uma melhor compreensão dessa documentação por parte dos utilizadores, reiterando a necessidade da existência de conhecimentos técnicos que permitam a identificação dos processos fotográficos e suas formas de deterioração de modo a que se possa garantir as melhores condições de preservação a longo prazo.

Seguramente uma conferência que, não relegando a introdução de conhecimentos científicos e especificidades técnicas, transmitiu de forma (…) clara e simples um diversificado leque de informações que elucidou muitas dúvidas a todos os presentes, de uma agradável forma em que o tempo passou despercebido, sobre a documentação fotográfica.

Imagem 5 - Conferência Entre Arquivos.
Bárbara Ribeiro, Arquivista do Município de Lagoa.

- **Rede de Arquivos do Algarve:**

- IV Encontro de Arquivos do Algarve;

A Rede de Arquivos do Algarve, Arquivo Distrital de Faro, Universidade do Algarve e Direcção Regional de Cultura do Algarve co-organizam o IV Encontro de Arquivos do Algarve, a decorrer nos dias **29 e 30 de Maio de 2015**, no **Anfiteatro Teresa Gamito**, *campus* de Gambelas.

O IV Encontro de Arquivos do Algarve (…)

pretende assumir-se como um espaço de debate e partilha em torno da temática da ***Acessibilidade e Confidencialidade da Informação***, numa altura em que a transparência nos processos de negócio, a agilização e rentabilização do acesso à informação, útil à tomada de decisão, se torna um dos principais enfoques do gestor de informação, independentemente do suporte em que é gerada ou onde a mesma é arquivada.

Convidam-se todos os interessados a **apresentar propostas de comunicação**, com uma duração de 15 minutos cada.

Submissão de propostas de comunicação:
- Título da comunicação - Nome do/a autor/a ou autores/as e filiação institucional - Resumo (de 300 a 500 caracteres, incluindo espaçamento) - Palavras-chave (até 4) - Nota biográfica do/a autor/a ou autores/as .

Nota: Propostas em formato word, com a seguinte normalização: fonte arial; tamanho 12; espaçamento 1,5; margem word normal.

Deverão ser submetidas **até 15 de Março** para o seguinte endereço electrónico:

encontro.arquivos.2015raalg@gmail.com

A Comissão Coordenadora da RAalg

- Grupo de Trabalho AtoM da RAalg:

A criação de um grupo de trabalho para trabalhar a aplicação AtoM vai de encontro às necessidades sentidas pelo Grupo de Trabalho da Rede de Arquivos do Algarve (RAalg), que procura assim dar a conhecer a aplicação aos seus futuros utilizadores e possibilitar a criação da sua própria página para dar acesso aos seus acervos documentais históricos.

AtoM significa para o ICA (Conselho Internacional de Arquivos) Acesso à Memória. É fundamentado em ambiente web, sendo um aplicativo de código aberto, baseado em padrões para a descrição arquivística num contexto multilíngue e que pode ser usado por uma única Instituição, para a sua própria descrição ou pode ser definido como um multiarquivos, isto é, uma "lista de união", que aceita descrições de um qualquer número de Instituições arquivísticas.
É precisamente este facto, em conjunto com a enorme vantagem de ser uma aplicação em código aberto, livre do peso financeiro de aplicações proprietárias, que levou a ter sido escolhida para o desenvolvimento de bases de dados de descrição de informação arquivística de natureza histórica das várias entidades pertencentes à RAalg.

O AtoM é, deste modo, considerado um instrumento essencial para a organização, gestão e acesso à informação de arquivo de forma estruturada e normalizada, cabendo a responsabilidade a cada entidade trabalhar em articulação com os serviços de informática para a criação da sua própria base de dados, independentemente do nível de organização e tratamento de documentação arquivística histórica em que se encontra.

A Rede de Arquivos do Algarve, tendo em conta a sua natureza funcional, encontra na aplicação AtoM uma ferramenta de código aberto que serve as suas necessidades de gestão do património documental, onde o arquivista assume de forma clara um papel preponderante, ao desenvolver um projeto que visa o acesso à informação e que permite preservar e valorizar a memória institucional.

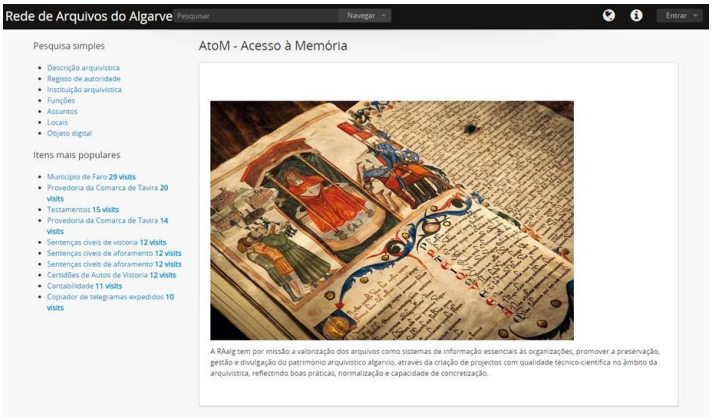
Além da parametrização da aplicação, o grupo de trabalho efectua de igual modo o carregamento e/ou importação de registos e é responsável pela elaboração de um Manual para o utilizador, a disponibilizar proximamente online, sublinhando os aspectos práticos da aplicação.

Em termos de tradução prática do trabalho desenvolvido, irá ocorrer, no próximo dia 14 de Março de 2015, a realizar na Biblioteca Municipal Lídia

(…)

Jorge, em Albufeira, um seminário dedicado ao AtoM (programa provisório disponível na página da RAalg no Facebook), precedido um dia antes, dia 13 de Março, no mesmo local, de um *workshop* com a presença do Eng.º Rafael António, onde irá ser debatido e analisado o Moreq2010 (Modelo de Requisitos para a gestão de arquivos eletrónicos). As inscrições encontram-se abertas, com entrada livre, e podem ser efectuadas através do seguinte endereço electrónico:

grupo.atom.raalg@gmail.com



O Grupo de Trabalho AtoM da Rede de Arquivos do Algarve:

José Anjos (Município de Albufeira)

Marisa Caixas (Centro Hospitalar do Algarve)

Nelson Vaquinhas (Município de Loulé)

Nuno Marques (Município de Vila do Bispo)

Sónia Negrão (Município de Albufeira)

Ficha Técnica
Título: Boletim da RAalg | Produção Editorial: António Monteiro (amonteiro@cm-tavira.pt) / João Sabóia (jsaboia3@gmail.com)
Design gráfico: Ana Viegas / Propriedade: Rede de Arquivos do Algarve| ISSN 2182-6161